

Renato
MoceLLin



História Concisa
do **Paraná**

 EDITORA
PRISMAS

Capítulo VI

Tropeirismo

Povramento dos Campos Gerais

A ocupação dos Campos Gerais foi feita indiretamente por pessoas com vastos recursos que viviam em Paranaguá, Santos e São Paulo. Esses potentados enviavam seus prepostos com escravos e algumas cabeças de gado, tomavam posse da terra e requeriam a sesmaria. Entre 1725 e 1744 um pouco mais de 90 sesmarias foram requeridas. Não houve, portanto, o traslado dos proprietários, com suas famílias, seus escravos. As fazendas que foram surgindo ao longo do caminho que ia de Curitiba para Sorocaba e São Paulo constituíam um negócio a ser explorado comercialmente. A produção dessas sesmarias ligava-se a São Paulo e aos seus centros consumidores, completamente alheios a Curitiba.

Havia um enorme contraste entre as ricas fazendas dos Campos Gerais e a pobreza que imperava em Curitiba. A Câmara da Vila dirigiu em 1777 uma queixa à Rainha D. Maria I destacando a riqueza que os donos das fazendas usufruíam, mesmo não residindo na região, e a extrema miserabilidade dos habitantes de Curitiba.

Numa primeira etapa, houve a ocupação da parte central e norte dos Campos Gerais. Os campos que ficavam ao sul de Curitiba, tendo como centro a freguesia de "Santo Antônio da Lapa" – mais tarde Vila do Príncipe - só foram ocupados nas últimas décadas do século XVIII.

Predominavam os latifúndios com a utilização do trabalho escravo. Nas primeiras décadas do século XIX, as grandes famílias viviam em suas fazendas e os mais jovens dedicavam-se ao tropeirismo. Nas vilas, destacavam-se os comerciantes fornecedores das mercadorias para a população ocasional e permanentes; alguns tornaram-se credores de fazendeiros decadentes. Existiam também sítios (pequenas propriedades) perto dos povoados ou à beira da estrada. Em geral, eram agregados das grandes fazendas. Possuíam no máximo dois ou três escravos – alguns não possuíam nenhum – tinham algumas vacas, poucos cavalos, mulas e porcos e plantavam milho e feijão.

Em relação aos nativos, houve uma guerra de extermínio. Todos os anos os fazendeiros organizavam caçadas a eles. Muitos eram mortos, alguns conseguiram fugir e outros eram aprisionados e vendidos como escravos, isto em pleno século XIX. Com a convivência das autoridades, alegava-se que o objeto da venda era o serviço e não a pessoa. Diversas chacinas de índios ocorreram na região. A mais conhecida foi chamada “*Chacina do Tibagi*”. Em fins do século XVIII, o fazendeiro José Félix da Silva Passos, político e juiz, procurava ampliar seus domínios. Os *Kaingang* atrapalhavam seus planos. Os índios mataram um “bugreiro” amigo de José Félix. O potentado tinha o álibi de que precisava. Com a colaboração de Antônio Machado Ribeiro, organizou uma expedição contra os nativos. A uns 50 quilômetros da Fazenda Fortaleza ocorreu o massacre. Dezenas de índios, incluindo mulheres e crianças, foram mortos. Os responsáveis foram punidos? É claro que não. Como prêmio, José Félix recebeu uma sesmária de 65.000 alqueires onde organizou a Fazenda Monte Alegre. Já o seu comparsa Antônio Machado Ribeiro recebeu terras na região, onde fundou a Fazenda Tibagi.

Sobre o homem dos Campos Gerais, Salvador José Correia Coelho, que passou pela região em 1844, deixou a seguinte descrição:

[...] *viziam armados como os povos da Província de São Pedro, cujos costumes em muitíssimos pontos são semelhantes, pois não falando no traje que é o mesmo, do modo de exprimir o seu pensamento são como os daquela Província, adotando palcheras es-panholas em suas conversações [...] Traz na cabeça um chapu-zinho de copa rasa e abas um tanto largas, que prende-se no rosto por uma barbeta de trançim de seda ou algodão tintos; põe-no à banda e não usa gravata; por cima da camisa traz o poncho lis-trado e fimbreado a que dão o nome de 'pala', feito de lã; à cintura a 'guaiacá', sorte de ornato que tem o duplo fim de servir-lhe de bolsa e de cinta; esta peça de couro guardado é ornada de bordados flores de retroz de cores, na face ostensiva é preso por dois broches, conforme o teres do indiciário; calças muito largas com feição de ceroulas; botas de couro cru; de ordinário umas pernet-ras; esporas de enormes resetas com largas presilhas ou correntes, que quase impedem o andar do proprietário, chamadas 'bilienas' e são tão grandes que não permitem na marcha conservar os pés na posição natural, força é pois mover-se nas pontas deles tar-damente como a preguiça [...]. Na parte anterior do corpo sobre o abdômen permanece a faca de ponta, aparelhada de prata; o chicote pendu por uma presilha do braço esquerdo do cavaleiro, que estriba na ponta dos pés, e segura a brida com a destra; traz à cinta uma ou duas garruchas e às vezes espada, e alguns de seus chicotes tem um punhal oculto no cabo. Quase nunca vai assentado em perfeita posição vertical sobre a sua cavalgadura; amide seu corpo tem uma declinação para um dos lados, sendo o centro de gravidade, não nas adargas, mas numa das coxas alter-nadamente." (Apud, MACHADO, 1968: p. 38).*

Mais tarde foi introduzida uma nova indumentária: a *bombacha*. Sobre a origem deste traje, há contróversias. A versão tradicional é que a bombacha foi introduzida na região do Rio da Prata por comerciantes ingleses, por volta de 1860. Durante a Guerra da Crimeia, os britânicos teriam confeccionado uma grande quantidade da vestimenta tradicional no Império Otomano, para seus aliados turcos na guerra contra o Império Russo. As sobras foram trazidas e comercializa-

das na América do Sul, caindo no gosto da população pelo conforto que propicia durante as cavalgadas. Há outras duas versões. Uma diz que o traje foi introduzido pelos mouros na Península Ibérica e a outra que o traje teria vindo com os habitantes da Ilha da Madeira.

Segundo o historiador Carlos Zatti, o uso das bombachas como vestuário campeiro firmou-se em substituição ao chitipá, bragas e calças. Passou a ser a indumentária identificadora dos pecuaristas, e seus peões na Argentina, Uruguai e no Sul do Brasil, incluindo a região dos Campos Gerais. Zatti cunhou o período de 1870 a 1950 de “Ciclo da Bombacha”.

O primeiro Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Goés e Vasconcelos, achou estranho que os homens trabalhassem, passassem pela cidade e até entrassem nas igrejas sem se desfazerem da cartucheira, da faca e da pistola. Os entreveros eram comuns. Matava-se e morria-se por motivos os mais irrelevantes.

Poucas pessoas viviam permanentemente nos poucos centros urbanos. Ao passar por Castro em 1820, Auguste de Saint-Hilaire observou que a sede da vila se compunha de uma centena de casas pequenas, feitas com paus cruzados que se enfileiravam ao longo de três ruas compridas. Três ou quatro comerciantes, prostitutas e alguns artesãos constituíam praticamente toda a população permanente da localidade. Quanto à instrução pública, era absolutamente inexistente.

Chamou a atenção de Saint-Hilaire que as mulheres não vivessem reclusas como em outras regiões do país. Era comum, quando o esposo viajasse, que a sua esposa ficasse à frente dos negócios. Quando o naturalista francês visitou a Fazenda Carrapatos, como o fazendeiro achava-se ausente, ele foi recebido pela esposa dele, que o cummulou de gentilezas.

“[...] Dona Balbina – era esse o seu nome – usava um vestido muito decotado e um xale do mesmo tecido, cujas pontas caíam

de cada lado do peito. Todas as mulheres traziam as pernas nuas e os cabelos presos por um pente, e todas usavam um comprido colar de ouro e, nas orelhas, brinços brilhantes.” (SAINT-HILAIRE, 1195: p. 88).

O tropeirismo

O vocábulo “tropeirismo” deriva de tropa, numa referência à atividade de transportar gado e mercadorias no Brasil colonial e imperial. Essas viagens realizavam-se a pé ou com burros, cavalos ou mulas. Além de camboiar tropas, os tropeiros transportavam produtos diversos, intermediavam negócios e atuavam como os correios da época. Atuando como agentes integradores, tiveram um papel relevante na expansão do território nacional.

A condução de muares, equinos e bovinos foi uma atividade largamente praticada em quase todo o Brasil. O tropeirismo se espalhou para o segundo e o terceiro planalto paranaense, para os campos catarinenses e riograndenses. Os tropeiros de Curitiba tiveram um papel fundamental na fundação de povoados no Brasil Meridional. Érico Veríssimo, em sua obra ficcional *O Tempo e o Vento* fez de um curitibano o fundador de Santa Fé. No romance *Rosaura, a Enjeitada*, de Bernardo Guimarães, um dos personagens era de Curitiba. José de Alencar, em *Sonhos d’Ouro* e em *O Gaúcho*, também faz referência aos tropeiros curitibanos. *Biritiva* (homem do mato, comedor de pinhões) era o apelido dado pelos serranos do Rio Grande aos que vinham da então Vila de Curitiba. O caminho do Vião, estrada colocada em uso em 1731, ligava o Rio Grande do Sul, e passava pelos Campos Gerais, onde, graças à abundância de água e pastagens, os animais descansavam para depois seguirem para Sorocaba.

Em geral, a viagem durava uns três meses. Ao longo do trajeto, foram surgindo locais de pousos fixos. Alguns deles

acabaram se transformando em povoados e depois vilas. Santa Catarina, Lages, Curitibaanos, São Joaquim e Chapecó estiveram na rota desses desbravadores. No Paraná, destacamos: Castro, Jaguariáiva, Lapa, Ponta Grossa, Piraí do Sul, Porto Amazonas, Rio Negro, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi, Balsa Nova, Campo do Tenente, Campo Largo e Carambeí.

Imagine o leitor a partida de uma boiada de uma fazenda localizada nos Campos Gerais. O gado que seria transportado era reunido nos dias que antecediam a partida. Ao alvorecer, a tropa partia. Uma égua guia, chamada madrinha, com um sin-cero compassava a marcha da tropa. Peões atentos procuravam impedir o extravio de animais. Quando isso ocorria, cães filas eram usados para resgatá-los. O dono da boiada ou um capataz integrava a guia da tropa, fiscalizando a marcha do gado. Ao longo do caminho, outros animais eram adicionados à marcha.

Como não havia comércio regular pelo caminho, era preciso levar o necessário para o consumo, daí transportarem galinhas, porcos e até vacas leiteiras. Pela manhã, tomavam café adoçado com açúcar mascavo, comiam bolos, polvilhos, rapaduras e outros quitutes. Em torno do meio-dia parava-se para o almoço, que consistia em alimentos, em geral não perecíveis como charque, milho, farinha de mandioca, toucinho, feijão e arroz. Eventualmente comia-se carne fresca. Misturas eram feitas, daí o surgimento de pratos típicos como o arroz de carreteiro e o feijão tropeiro.

Nas últimas décadas do século XIX, as atividades ligadas à pecuária entraram em declínio. Houve deterioração dos negócios de invernagem. O comércio de muareles sofreu um forte impacto com o desenvolvimento do transporte ferroviário.

Outros fatores também contribuíram para a desintegração econômica do sistema. Eis os principais, segundo Brasil Pinheiro Machado: a perda dos mercados de São Paulo e Rio; as sucessivas partilhas hereditárias que dificultavam a exploração

econômica pelos métodos então usados; a emigração de fazendeiros para as cidades à procura de novos meios de vida e a utilização das terras vendidas ou arrendadas para outras finalidades, de acordo com as novas situações de mercado.

Com o declínio do gado, a grande riqueza da Província do Paraná passou a ser a *erva-mate*. Nos Campos Gerais, desenvolveu-se a exploração da madeira. A indústria da madeira começou na década de 1880, alastrando-se por todos os locais onde havia florestas de araucárias. Com a extensão do transporte ferroviário, incrementou-se a exportação através dos portos de Antonina e Paranaguá. Essa atividade exigia grandes capitais. Esses capitais não estavam nas mãos da velha classe dominante. Os "madeireiros" não eram necessariamente donos das terras onde estavam os pinhais. Era comum apenas a compra das árvores.

"A serraria, diz Arthur Barthelness, forma uma concentração populacional própria chegando muitas vezes a cercar-se de uma vila residencial com dezenas e mesmo centenas de casas de operários, em geral todas de um só tipo, que dão ao conjunto um aspecto de padronização acentuatadamente monótona. Estes núcleos residenciais, com armazéns, clubes, farmácias, etc., tudo pertencente à empresa, são abastecidos em geral diretamente pelos mercados atacantistas metropolitanos onde a empresa tem a sua sede, à inteira revelia se integra na vida da região, permanece nela como um corpo estranho até o dia em que, pelo esgotamento dos recursos florestais locais, é transferida para novo sítio, levando consigo as realizações complementares." (MACHADO, 1968: p. 44).

O historiador, então Deputado Estadual Romário Martins, no ano de 1926, alertava para o processo de devastação dos pinhais. Um projeto de lei de cunho preservacionista proposto por Martins não foi aprovado. Ao visitar a região, em 1937, o geólogo e geógrafo Reinhard Maack lamentou a cruel dilapidação a que foram submetidas as reservas naturais do segundo planalto paranaense.

A MAIS SANGRENHA GUERRA CIVIL BRASILEIRA

Renato Moellin



MARAGATOS



PICA-PAUS



O padre Lara, personagem do épico *O tempo e o vento*, do romancista gaúcho *Erico Veríssimo*, se questionava sobre como a posteridade veria *Bento Gonçalves da Silva* e os demais rebeldes farrupilhas: como confiar nos relatos históricos se os fatos que ele mesmo presenciara eram narrados das formas as mais diferentes? O que dizer então dos fatos ocorridos há mais de cem anos se – como bem suspeitava o sacerdote – uns mentem por vício, prazer, paixão ou simplesmente por terem interesses a defender?

Estas reflexões são úteis ao tratarmos da *Guerra Civil* que ensanguentou o sul do Brasil entre os anos de 1893 e 1895. Consultando-se os livros escritos por autores que viveram aqueles anos turbulentos ou que vieram depois, perceberam aquele engajamento na maioria das vezes explícito. Apelos a serem dissimulados. Os jornais da época, telegramas e manifestos estão eivados de “nobres ideais”, sentimentos “patrióticos”, de satanização do inimigo e de uma oratória típica de um país que não se libertara de uma cultura bacharelesca. Ao consultarem-se as fontes primárias, observa-se a mesma parcialidade da maioria dos livros sobre tão controvertido tema.

Engalfinharam-se, na luta pelo poder, antigos liberais dos tempos da monarquia, contrarrepúblicanos, jacobinos e positivistas. Houve, também, dissidentes republicanos que se aliam aos federalistas; enquanto antigos conservadores, “fiéis” à monarquia, apoiaram *Júlio de Castilhos* no Rio Grande do Sul e *Floriano Peixoto* no governo central. Acrescente-se ainda que a Revolta da Armada, que em sua origem não tinha relações com o conflito sulista, trouxe à cena novos atores, realimentando a *Guerra Civil*.

Evitamos utilizar a expressão “Revolução Federalista” por entendermos que as partes beligerantes não visavam promover transformações nas estruturas econômicas e sociais do país. Entendemos que o termo revolução é um eufemismo

que encobre um conflito muito mais grave: uma "Guerra Civil" em que facções das classes dominantes lutavam pela conquista ou pela manutenção do poder político. Eventualmente usaremos a expressão "Revolução Federalista" ou o vocábulo "revolucionário(s)", porém mais por força da tradição do que pelo sentido real dos termos.

Essa Guerra Civil, ocorrida nos três estados sulinos – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – entre os anos de 1893 e 1895, foi a mais séria disputa pelo poder ocorrido após o recém-instalado regime republicano.

A luta que, em seu início, se restringia ao estado do Rio Grande do Sul – entre os adeptos de Júlio de Castilhos e os federalistas liderados por Gaspar da Silveira Martins – tornou-se de caráter nacional após a Revolta da Armada, ocorrida no Rio de Janeiro a partir de 6 de setembro de 1893. A Revolta da Marinha não tinha, em princípio, nenhuma ligação com o levente armado do Rio Grande do Sul. As causas eram diferentes, bem como os objetivos visados pelos protagonistas. A malcosturada união destes movimentos – querelas foram muitas – ocorreu porque havia um inimigo comum: a ditadura do Marechal Floriano Vieira Peixoto.

Com o apoio da Armada, os rebeldes gaúchos ficaram bastante fortalecidos, possibilitando uma ofensiva que resultou na ocupação de diversas cidades do interior do estado de Santa Catarina. A confluência dos movimentos possibilitou a tomada da cidade do Desterro, capital do estado, onde foi instalado um Governo Provisório. O passo seguinte foi a ocupação do litoral do Paraná e, posteriormente, de Curitiba, o que provocou a fuga do Vice-Presidente do estado, Vicente Machado da Silva e Lima (o Presidente Francisco Xavier da Silva estava doente).

O movimento rebelde estava na ofensiva. Porém, os federalistas e seus aliados da Armada tinham muitas limitações. Carência de armamentos, de recursos financeiros e de pessoal qualificado. Não possuíam objetivos políticos claros. Alguns pelejavam por pelear, enquanto a maioria apenas estava seguindo o seu chefe. Não havia entre eles unidade ideológica e nem um comando militar unificado – suas forças eram formadas por civis cooptados dentro de uma estrutura coronelística. Poucos tinham instrução militar. A maioria dos comandantes eram "coronéis" latifundiários e chefes políticos locais.

Já os governistas tinham o apoio de chefes coronelísticos locais, bem como do Exército Nacional e da Brigada Militar. Possuíam maior quantidade e melhor qualidade de armamentos. Usavam recursos estaduais e da União para recrutar combatentes, adquirir cavalos e mantimentos e "convencer" os indecisos a apoiar a "legalidade". Estavam numa clara posição de superioridade.

Nessa luta pelo poder, nenhum dos líderes rebeldes conseguiu em realizar reformas econômicas e sociais. O povo não contava. Nos manifestos, a verbosidade de sempre: "amor ao Brasil", "luta pela liberdade", "salve a República", "defesa dos brasileiros". Porém, a realidade era sombria, com saques, assassinatos e toda sorte de arbitrariedades contra aqueles que pretensamente estavam "libertando". Faltaram aos insurretos não só os recursos, mas também a competência para tirar proveito das múltiplas debilidades do governo federal.

Além da precariedade de armamentos e de recursos financeiros, o divisionismo foi um fator decisivo para o enfraquecimento da causa rebelde. Os republicanos dissidentes, Demétrio Ribeiro e Barros Cassal, eram hostis a Silveira Martins e inimigos de Saldanha da Gama. Já a colaboração entre o Exército Federalista e o Governo Provisório do Desterro foi marcada por uma forte instabilidade.

"A revolta da Armada e a insurreição rio-grandense se confundiram a partir daí, agravando ainda mais o hibridismo básico dos impulsos objetivos das duas sublevoações. A par da desconfiança existente entre os adeptos de Silveira Martins com os de Silca Tavares e com os dissidentes demetristas, além das rivalidades de chefia entre o coronel Salgado e Gumercindo Saraiva, vinham somar-se as ciúmeiras de Custódio de Mello com Saldanha da Gama e as incompatibilidades daquele com os gasparistas, para minar a eficiência bélica e a coerência dos insurgentes". (FRANCO, 1993: 45).

Já entre os "legalistas" dos estados sulinos e o governo federal havia uma união maior e objetivos políticos mais claros. Há de se destacar também: a determinação do Marechal Floriano em enfrentar a sedição; o espírito aguerrido dos castilhistas; a fidelidade de grande parte do Exército à causa "legalista"; a superioridade bélica dos governistas que chegaram a comprar uma esquadra no exterior; o apoio dos paulistas; o comando centralizado; uma melhor organização e maior disponibilidade de recursos econômicos. Esses fatores conjugados foram decisivos para que as forças fiéis a Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos fossem vitoriosas.

Considerada por um grande número de historiadores como a mais bárbara das revoluções latino-americanas, a "Revolução da Degola" permanece como um dos episódios mais sangrentos da nossa história. De uma forma esquemática, podemos afirmar que essa guerra civil colocou, de um lado, republicanos positivistas, oficiais legalistas e todos aqueles que se beneficiaram com o novo regime, do outro, antigos liberais dos tempos da monarquia, republicanos dissidentes e toda sorte de desconformes com as arbitrariedades praticadas pelos florianistas no plano nacional e pelos castilhistas no Rio Grande do Sul. Caracterizou-se pelo terror indiscriminado e pela violência, muitas vezes gratuita, dos mais diversos grupos e facções.

A Guerra Civil ocorreu no Governo de Floriano Peixoto e encerrou-se na gestão Prudente de Moraes, entre o verão de 1893 e o inverno de 1895. Resumidamente, podemos afirmar que a "Revolução Federalista" ocorreu num período de crise da legitimação do regime republicano. A Revolta da Armada, no plano nacional, e a disputa entre "gasparistas" (seguidores de Gaspar da Silveira Martins) e "castilhistas" (adeptos de Júlio de Castilhos) para ver quem controlava o poder no estado no Rio Grande do Sul deram origem a uma série de episódios dramáticos.

Não espere o leitor uma narrativa anódina, pois buscamos, neste livro, sempre que possível, desfazer mitos que fomos mostrar uma visão que em vários pontos desafia a visão tradicional sobre o tema, inclusive apontando a falta de habilidade política de Floriano e o autoritarismo dos republicanos sulistas como as principais causas da Guerra Civil. A documentação histórica revela também que os federalistas não eram separatistas e nem objetivavam a restauração da monarquia, como tem sido extensivamente repetido. A resistência da Lapa – apesar do heroísmo de muitos de seus defensores – não salvou, portanto, o regime republicano. Em suma, o povo pagou caro pela disputa pelo poder entre facções da classe dominante. Não houve luta "pelo Brasil" ou "pela República" – lutou-se pelo poder – o qual era e continuou sendo exercido por uma elite em detrimento da maioria. Se os federalistas tivessem vencido, não teria sido diferente.

O historiador trabalha a partir de documentos e a documentação sobre o tema é vasta, daí a difícil tarefa de realizar a seleção dos fatos, de verificar a sua exatidão, cotejando, quando possível, as mais diversas fontes. A interpretação, fundamentada no material colhido, e a maneira como este material é apresentado é que podem variar de acordo com a tendência de cada autor. Portanto, a advertência de Edward Hallet Carr continua pertinente:

*“Em primeiro lugar, os fatos da história nunca chegam a nós ‘puros’, desde que eles não existem nem podem existir de uma forma pura: eles são sempre re-
fratados através da mente do registrador. Como con-
sequência, quando pegamos um trabalho de história,
nossa primeira preocupação não deveria ser com os
fatos que ele contém, mas com o historiador que o es-
creveu”, (CARR, 2006: 58).*

Como é comum nas guerras, também nesta os que ven-
ceram destruíram a maior parte da documentação desabo-
nadora de seus atos. Não temos a certeza, por exemplo, de
onde partiram as ordens para as execuções que ocorreram no
Paraná, após o triunfo das forças “legalistas”. Quem ordenou
que o Barão do Serro Azul e seus companheiros de infortúnio
fossem fuzilados?

A produção acadêmica sobre o tema é restrita e de difícil
acesso e boa parte das obras memorialísticas que tratam da
“Revolução Federalista” têm intenções hagiográficas. Outras
foram produzidas a serviço dos vencedores. De ambos os la-
dos, exaltam-se os “heróis” – exagerando-lhes os feitos e mi-
ninizando-lhes as faltas. Raras são as análises mais criteriosas
do contexto histórico da época, dos muitos equívocos, trai-
ções, ambições, disputas mesquinhas, interesses nebulosos
e limitações militares e políticas dos principais atores desse
drama de horrores que foi a Guerra Civil de 1893-1895.

Nesta obra, de maneira acessível ao público que se inte-
ressa pela História do Brasil, pretendemos analisar a impro-
priamente chamada “Revolução Federalista”. Procuramos
evitar a sisudez das produções acadêmicas, as generalizações
das obras paradigmáticas e a leveza excessiva dos best-sellers de
divulgação. Quanto ao resultado desta empreitada, caberá a
você, caro leitor, julgar.

CAPÍTULO - II

OS ANTECEDENTES: DA MONARQUIA À REPÚBLICA



Allegoria anônima exaltando a República na figura do Marechal Deodoro segurando a bandeira.